



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

### ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 23246, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

**O SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS** torna público que, nesta data, com base na competência atribuída pelo art. 39, inciso V, do Regimento Interno da CVM (Resolução CVM nº 24/2021), e com fundamento no artigo 9º, §1º, incisos III e IV, combinado com os artigos 15 e 16 da Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, e considerando que:

a. restou evidenciada a existência de indícios de que a BRAVO ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA. (CNPJ 40.086.956/0001-72) e seu sócio IRIDAN LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS (CPF xxx.202.010-xx) vêm se apresentando, inclusive por meio da página [www.bravoinvestimentos.com.br](http://www.bravoinvestimentos.com.br), como assessores de investimentos e oferecendo serviços de administração de carteiras de valores mobiliários;

b. as pessoas acima citadas não detêm autorização desta Comissão de Valores Mobiliários para atuar como assessores de investimentos ou como administradores de carteiras de valores mobiliários;

#### DECLAROU:

I - aos participantes do mercado de valores mobiliários e ao público em geral que as pessoas citadas não estão autorizadas por esta Autarquia a desempenhar as atividades mencionadas;

II - determinar às pessoas citadas a imediata suspensão de qualquer oferta pública, de forma direta ou indireta, de prestação de serviços de assessoria de investimentos ou de administração de carteiras de valores mobiliários, por qualquer meio, alertando que a não observância da presente determinação os sujeitará, **como toda e qualquer pessoa que porventura venha a ser identificada como participante dos atos que se reputam como irregulares**, à imposição de multa cominatória diária, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da publicação deste Ato Declaratório, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, após o regular processo administrativo sancionador; e

III - que este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Francisco Luiz de Alencar Passaro, Superintendente**, em 09/04/2025, às 11:51, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cvm.gov.br/conferir\\_autenticidade](https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade), informando o código verificador **2299245** e o código CRC **41285FF6**.

*This document's authenticity can be verified by accessing [https://sei.cvm.gov.br/conferir\\_autenticidade](https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade), and typing the "Código Verificador" **2299245** and the "Código CRC" **41285FF6**.*